



## NOVOS RUMOS DO ENSINO RELIGIOSO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Carlos Albérico Leite de Queiroz<sup>1</sup>

Edile Maria Fracaro Rodrigues<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende refletir sobre a oferta do Ensino Religioso nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Por essa razão, torna-se imprescindível a abordagem sobre o papel da escola e a postura do educador no trato com noções de identidade, alteridade e transcendência a crianças nessa fase escolar para que possam (re)conhecer a diversidade cultural religiosa em seu meio.

**Palavras-chave:** Ensino Religioso; Anos iniciais; Formação de docentes.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Religioso. Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso na Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter), 2011. Recife, Brasil. E-mail: calqueiroz@gmail.com

<sup>2</sup> Professora orientadora do trabalho de conclusão de curso do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Religioso da Facinter. Mestre em Educação pela Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba-PR. E-mail: edilef@gmail.com.

## Introdução

O cerne do presente trabalho discute o Ensino Religioso nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, sempre se compreendendo aquele como organização sistemática visando à aprendizagem de uma religião que já está anteriormente presente na criança, mesmo que de forma preliminar, por reprodução do que ocorre no seio familiar.

Por essa razão, o objetivo é demonstrar a influência dessa disciplina como parte integrante do desenvolvimento da criança nessa fase escolar, delimitando-se a importância e o papel da escola nesse processo. Sobre o tema será abordado o que de relevante se tem na literatura, ao mesmo tempo que se discute mudanças de postura dos professores, emprego de metodologias adequadas nas referidas aulas, para, finalmente, discorrer sobre a formação continuada dos profissionais da supramencionada área de conhecimento.

A Constituição brasileira (1988), assim como a Lei de Diretrizes da Educação Nacional orienta que o Ensino Religioso é uma disciplina para o Ensino Fundamental, ou seja, os anos iniciais e finais. Desse modo, a aprendizagem e formação com os alunos no Ensino Religioso é alvo desde os seis anos até os quatorze anos, mas em diversas escolas particulares encontramos a disciplina na Educação Infantil e no Ensino Médio, assim como em alguns estados da Federação.

É nessa perspectiva da formação plena do cidadão, no contexto de uma sociedade cultural e religiosamente diversa, na qual todas as crenças e expressões religiosas devem ser respeitadas, que se insere o Ensino Religioso como disciplina curricular, conforme a atual legislação:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (art. 33 da Lei n. 9.475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao art. 33 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Desse modo, problemáticas que envolvem questões como discriminação étnica, cultural e religiosa têm a oportunidade de sair das sombras que levam à proliferação

de ambiguidades nas falas e nas atitudes, alimentando preconceitos, para ser trazidas à luz como elementos de aprendizagem, enriquecimento e crescimento do contexto escolar como um todo.

## **O Ensino Religioso na educação básica**

A educação básica é a primeira etapa do desenvolvimento escolar da criança e é nela que o alicerce dessa formação acontece. O Ensino Religioso, como as demais áreas do conhecimento, é parte integrante dessa formação básica do cidadão, com o objetivo de desenvolver e promover o ser humano em todas as suas dimensões, em relação a si e ao outro, facilitando sua integração aos demais grupos sociais (Neves, 2009).

Na escola, o Ensino Religioso desenvolverá um espaço de diálogo entre educadores e educandos, sem proselitismo, procurando estudar o fenômeno religioso, superando a visão fragmentada que separou o mundo profano do sagrado, a fé da razão, procurando integrar todos os conhecimentos na valorização do ser humano em todos os seus sentidos, abrangendo, assim, o religioso como um conhecimento humano e o Ensino Religioso como um espaço de construção de conhecimentos e principalmente de socialização desses conhecimentos.

Como uma das mais importantes instituições sociais, a escola é a mediação entre o indivíduo e a sociedade e, ao transmitir a cultura, os modelos sociais de comportamento e valores morais, permite que a criança humanize-se, cultive-se, socialize-se, ou, numa palavra, eduque-se. A criança, então, vai deixando de imitar os comportamentos adultos para, aos poucos, apropriar-se dos modelos e valores transmitidos pela escola, aumentando, assim, sua autonomia e seu pertencimento ao grupo social. E o Ensino Religioso faz parte desse elenco, principalmente se entendermos a educação inserida numa cultura e a religião como um dos elementos da cultura (Bock, 2002).

Numa perspectiva social, é importante que a escola favoreça um espaço de aprendizagem em que haja integração entre escola, professor, aluno e comunidade. Tal medida possibilitará um ambiente cooperativo, em que o aluno não é mero receptor, mas sujeito ativo e interativo no seu meio e no processo de aprendizagem.

Isso o ajudará a estar aberto a outras propostas, ter confiança em si mesmo e saber avaliar-se.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso, é importante o tratamento didático centrado na observação, reflexão e informação, além da observação visual de experiências e também das condições externas e internas, tais como a idade, a formação, a história de vida, os conhecimentos prévios, entre outros.

No Ensino Religioso, portanto, a capacidade de observação dos educandos e suas matrizes religiosas serão tomadas como objeto de estudo, porém isso não significa que a observação feita pelo professor deva sobrepor-se à do aluno, mas sim que ambas devem completar-se e enriquecer-se. É a partir da observação que o professor deverá trabalhar os conceitos básicos e agir como orientador do Ensino Religioso.

Por seu turno, a reflexão é um procedimento que acompanha todo o processo, desde a observação até a informação, onde o professor procurará encaminhar a reflexão com questionamentos, diálogos e problemáticas que promovam a conscientização, o entendimento e a decodificação do objeto de estudo, no caso o fenômeno religioso. Essa decodificação progressiva permitirá ao aluno abrir sua visão, desarmar-se de preconceitos, discernir, perceber a unidade na diversidade das tradições religiosas, como a defesa da vida, a busca de sentido, a necessidade da transcendência. E através da informação o professor ajuda o aluno a se apropriar do conhecimento sistematizado, organizado, elaborado, para que possa passar de uma visão ingênua, empírica, fechada, dogmatizada, desarticulada e, muitas vezes, incoerente para uma nova visão decodificadora e explícita da realidade. E todos esses procedimentos devem necessariamente possibilitar que o alcance dos objetivos propostos pela disciplina seja atingido.

A intencionalidade e a direção do processo de aprendizagem no Ensino Religioso devem conduzir para a realização de dois aspectos: um de ordem interna, que se refere à aquisição do conhecimento religioso como tal, e outro de ordem externa, que gera uma mudança qualitativa, que se expressa no saber em si, no saber em relação ao saber em si, traduzido em novas posturas de diálogo e reverência.

Considerando os objetivos a serem desenvolvidos na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é importante observar os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, os subsídios fornecidos pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper) e pelo Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é importante que se dê um enfoque à formação das primeiras noções sobre identidade, alteridade e transcendência; que se trabalhe a elaboração dos saberes e conhecimentos básicos dos educandos sobre si mesmo, sobre o outro e sobre a importância de se viver em comunidade; que se facilite a constituição de comportamentos básicos que promovam o cuidado, o amor e o respeito uns com os outros e com a natureza. Levá-los a compreender a importância de cada um na formação da comunidade, valorizando as atitudes, as opiniões, as críticas de si mesmo e de seus colegas, enfatizando a autoestima e a afirmação uns dos outros; manifestar atitudes de respeito, de cuidado e de responsabilidade por si mesmo, pelo outro e pela natureza; reconhecer a importância do outro e da natureza para a continuidade da vida; perceber que a prática do diálogo exige disposição de ouvir e respeitar as ideias do outro; exercitar a prática do diálogo inter-religioso e intercultural; identificar as diferentes formas de manifestação do transcendente; e, por fim, conhecer a importância dos símbolos para as tradições religiosas e apontar valores necessários para o convívio em comunidade são objetivos prementes da disciplina em apreço.

Ademais, desenvolver atitudes de agradecimento, de amor e de respeito ao transcendente pelo dom da vida, pela capacidade de fazer diferentes ações e pela vida de cada um de nós. Desenvolver atitudes de respeito, de cuidado e de responsabilidade com a natureza. Identificar símbolos em geral e religiosos em particular, captando sua relação com o transcendente. Aprender a admirar com respeito os símbolos das diferentes tradições religiosas. Conhecer comportamentos religiosos simples (gestos, posturas) e o que eles expressam nas diferentes tradições religiosas. Valorizar o relacionamento com o outro.

Entender que a comunicação e a união acontecem através do dar, do receber e da troca de conhecimentos e saberes realizados entre as pessoas. Entender que

partilha dá sentido à vida. Retomar a ideia de transcendência para entender que ela é universal, mas que sua manifestação é relativa na história e na cultura dos povos. Aprofundar o conhecimento sobre os símbolos como forma de expressão do diálogo com o transcendente. Identificar comportamentos religiosos manifestados em casa, na aula, nos diferentes lugares de culto das várias tradições religiosas. Conhecer os elementos e partes que compõem as celebrações das diferentes tradições religiosas e, assim, fazer com que através desses conhecimentos eles descubram a importância da amizade, do respeito, e perceber como é essencial relacionar-se com o outro para a construção da vida com cidadania.

E aqui cabe ao educador o dever de reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão, trabalhando com ele a rigorosidade metódica com que deve se aproximar dos objetos cognoscíveis (Freire, 2008), buscando reconhecer a importância da família na construção do conhecimento do transcendente, valorizar o outro, perceber que as diferenças são positivas, identificar as diferentes tradições religiosas com base no contexto dos colegas, identificar os símbolos e rituais das diferentes tradições religiosas, aprender a conviver com e respeitar o outro e reconhecer o direito à liberdade de crença de cada cidadão e cidadã. Lembrando que tal rigorosidade metódica não deve ser entendida como o discurso meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo, mas transformando-os em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.

Ademais, a educação básica é um espaço privilegiado para a criança, no qual ela tem a oportunidade de ampliar gradativamente suas possibilidades de integração social. A criança nessa fase é curiosa, tem o desejo de conhecer o mundo que a cerca e apropriar-se dele, porque ela é mais prática do que teórica. Aprende mais facilmente vendo, experimentando e, principalmente, imitando do que apenas ouvindo. Gosta muito de brincar e descobrir o mundo que a cerca. Seu círculo de amigos aumenta, escolhendo muitas vezes o seu colega preferido.

O professor precisa despertar e enfatizar atividades que demonstrem a importância da amizade, a maneira de se aproximar e saber brincar com os demais

colegas, valorizar o ser de cada um, ter o cuidado e o interesse pelo diferente, seja a cultura, a cor de pele, a característica física, a religião.

Outra característica desse período de vida é a curiosidade, principalmente pelo diferente, pelo sexo oposto, pelo que é misterioso, pelo Ser superior. Perguntas como: Quem é Deus? Onde ele mora? Ele é o meu anjo da guarda? são comuns nessa fase. Isso acontece de modo especial se a família pertence a alguma religião ou cultiva alguma espiritualidade, pois desde cedo, por costume, os pais querem ensinar a seus filhos pequenas orações, preces de agradecimentos e de pedidos, e desenvolvem, assim, o interesse das crianças pelo assunto.

Entretanto, para que essas indagações e manifestações de religiosidade sejam compreendidas, é preciso que a criança associe o que é abstrato com sua realidade. Por isso, a linguagem que usamos com elas deve ter relação com suas experiências, objetos, brincadeiras.

Dessa maneira, facilitará a sua compreensão e conseqüentemente a sua aprendizagem. Para aumentar e aguçar ainda mais a aprendizagem da criança, é preciso proporcionar atividades nas quais elas interajam e sejam coparticipantes. Elas gostam de “fazer de conta”; brincar e dramatizar, tornando-se, portanto, as protagonistas das atividades. O lúdico, as histórias, as canções e as brincadeiras de “faz de conta”, constituem parte importante do ensino, pois a criança aprende a partir do que vivencia, mexe com ela, envolve-a totalmente, auxiliando-a, assim, a expressar seus sentimentos, emoções, pensamentos, fantasias, imaginações e, muitas vezes, seus medos e inquietações.

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador em resgatar as informações que os alunos lhe trazem, possibilitando a socialização de suas experiências com os demais colegas de sua sala de aula. E essa ação mútua do educador e do educando é absolutamente necessária, tendo em vista que, no ambiente escolar, a criança é desafiada todos os dias a lidar com novas relações de reciprocidades, como dividir a atenção do professor com o grupo de colegas da sala, aprender a respeitar as normas de convivência da turma, aceitar as ideias dos colegas e lidar com situações de conflitos etc. (Santos, 2009).

No contexto educacional, o Ensino Religioso se organiza como uma área do conhecimento e se apresenta na grade curricular das escolas como disciplina, com horário e conteúdos próprios. Isso significa que, para o trabalho pedagógico em Ensino Religioso, o professor deve nortear-se por uma metodologia adequada e seguir determinados passos metodológicos a fim de que possa desenvolver suas aulas tendo sempre em vista o objeto da disciplina, as diferentes manifestações religiosas que compreendem o fenômeno religioso. O objetivo de estudo dessa disciplina sugere vários conteúdos que são desenvolvidos respeitando princípios básicos, e esses conteúdos originam as temáticas das aulas (Schlögl, 2009).

O Ensino Religioso não pressupõe a adesão por parte dos alunos e muito menos o proselitismo ou a propagação de uma determinada crença religiosa. Sua especificidade é a decodificação ou análise das manifestações do sagrado, possibilitando ao educando o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso como fator cultural e social, bem como uma visão global de mundo e de pessoa, promovendo, assim, a formação do cidadão multiculturalista (Schlögl, 2009).

Isso ocorre porque a educação é um processo de humanização pelo qual se possibilita que os seres humanos se insiram na sociedade humana, historicamente construída e em construção. Sociedade que é rica em avanços civilizatórios e, em decorrência, apresenta imensos problemas de desigualdade social, econômica e cultural, de valores, de finalidades (Pimenta, 2008).

A tarefa da educação é inserir as crianças e os jovens tanto no avanço civilizatório, para que dele usufruam, como na problemática do mundo de hoje, por intermédio da reflexão, do conhecimento, da análise, da compreensão, da contextualização, do desenvolvimento de habilidade e de atitudes. Portanto, sua tarefa é garantir que se apropriem do instrumental científico, técnico, tecnológico, de pensamento, político, social e econômico, de desenvolvimento cultural, para que sejam capazes de pensar e gestar soluções. Apropriar-se dessa riqueza da civilização e dos problemas que essa mesma civilização produziu. É nessa contradição que se inserem as demandas por educação, fenômenos e prática complexos, porque historicamente situados. Dela se solicita que forme seres humanos capazes de criar e oferecer respostas aos desafios que diferentes contextos políticos e sociais produzem. A

educação, enquanto reflexo, retrata e reproduz a sociedade que se quer. Por isso, vincula-se profundamente ao processo civilizatório e humano (Pimenta, 2008).

Tudo isso está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER), documento publicado em 1997:

Ao aprender a conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural, o educando está também se abrindo para o conhecimento. Não se pode entender o que não se conhece. Assim, o conceito de conhecimento do Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais da ideia de que conhecer é construir significados (p. 39).

Por isso, o Ensino Religioso tem como objetivo de estudo compreender o conjunto das diferentes manifestações do sagrado. O fenômeno religioso acontece no universo de uma cultura, é influenciado por ela e, conseqüentemente, também a influencia. Os conteúdos derivados do fenômeno religioso com enfoque nas manifestações do sagrado são delimitados por uma ordenação que compreende o estudo da alteridade, das culturas e tradições religiosas, do espaço sagrado, dos símbolos, dos rituais, das mitologias, da vida e da morte, do tempo sacralizado e celebrado, das personagens importantes que fizeram história, do sagrado feminino, da arte religiosa, entre outros. Esses conteúdos se organizam em temáticas conforme a faixa etária e o nível de maturidade de cada ano letivo. Enquanto nas séries iniciais do Ensino Fundamental as temáticas abrangem o reconhecimento da diversidade e a capacidade de dialogar com o diferente, nas séries finais e no Ensino Médio as temáticas aprofundam questões mais da existência do ser humano e de seu fazer religioso (Schlögl, 2009).

Num processo de reflexão crítica sobre a práxis que estabelece significados, o estudo e a decodificação do fenômeno religioso no contexto educativo são fatores de crescimento e de construção coletiva para professores e estudantes. Assim, o professor pode ampliar e valorizar o universo cultural dos alunos, promovendo o respeito às diversas manifestações religiosas, tomando como ponto de partida o histórico da disciplina e as novas propostas para o Ensino Religioso como área de conhecimento, propondo facilitar a compreensão das formas que exprimem o

Transcendente na superação da finitude humana e que determinam o processo histórico da humanidade, viabilizando um encontro da diferença e favorecendo a construção da identidade dentro da diversidade, respeitando o conhecimento revelado do professor e do aluno e discutindo a complexidade do ser humano, possibilitando a percepção da dimensão religiosa como um compromisso histórico diante da vida e do Transcendente (Rodrigues, 2009).

É preciso também dar atenção especial ao conteúdo abordado pelo Ensino Religioso. Isso implica a preocupação com os processos históricos de constituição do Sagrado para conhecer os caminhos percorridos até a concretização de simbologias e espaços que se organizam em territórios sagrados, ou seja, a criação das tradições (Rodrigues, 2009).

Mormente por o Ensino Religioso ter como base de sustentação de sua estrutura cognitiva e educativa a leitura e a decodificação do fenômeno religioso, é preciso ler e decifrar as diversas linguagens, ritual, mítica, conceitual, pelas quais o ser humano expressa sua busca e concepção do Sagrado. E como toda área do conhecimento, o Ensino Religioso possui uma linguagem própria, um conhecimento específico e um objetivo a ser atingido (Rodrigues, 2009).

É ainda primordial ter ciência dos cinco eixos que organizam os conteúdos do Ensino Religioso, quais sejam: culturas e tradições religiosas, teologias, textos sagrados, ritos e *ethos*, pois o interesse dessa área está em todas as crenças, bem como suas manifestações, ações, instituições, rituais e tudo o que concerne ao universo religioso, adequando-os a série e idade escolar (Rodrigues, 2009).

A metodologia de ensino, por sua vez, organiza a pesquisa do professor e sua postura didática, enquanto os passos metodológicos consistem na definição de etapas a serem cumpridas a fim de que o processo educativo se efetive, atingindo, dessa forma, os objetivos propostos no plano curricular (Schlögl, 2009).

Com efeito, a metodologia escolhida para o desenvolvimento do processo de construção do conhecimento na disciplina de Ensino Religioso é a fenomenológica, vertente que possibilita o estudo de diferentes manifestações culturais sem fazer uso de julgamento de valor, condição imprescindível para o trato com os diferentes conhecimentos culturais religiosos (Schlögl, 2009).

É nesse cenário que o Ensino Religioso visa a reconhecer a existência do pluralismo e da diversidade cultural presentes na sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem a relação do humano com o Transcendente Imanente, na busca da superação da finitude e da angústia, entre outros sentimentos que determinam o processo histórico-religioso da humanidade (Schlögl, 2009).

## ***Formação continuada do docente no Ensino Religioso***

A formação de professores de Ensino Religioso ampara-se no artigo 62 da Lei n. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, na Lei n. 9.475/97, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores de Ensino Religioso e na Resolução n. 02/98 – da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), que cita o Ensino Religioso entre as dez áreas curriculares do Ensino Fundamental.

O artigo 62 afirma que

a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Esse artigo da LDB aponta, ao mesmo tempo, para um avanço na proposta educativa e para uma dificuldade para sua implantação. O artigo 63, no inciso I, afirma que os institutos superiores de educação devem manter “cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental”.

Percebe-se, portanto, que a formação de professores, por meio de licenciatura plena nas universidades, ainda é carente, pois tal formação tem sido um desafio constante e permanente na educação. Apesar disso, é possível perceber algumas iniciativas relacionadas à formação de professores.

Em relação aos professores, também tem existido um esforço contínuo na busca de formação, no aprofundamento com reflexões, na formação de consciência crítica e na participação em eventos que discutem os rumos da educação no País, principalmente em relação ao Ensino Religioso. A formação de professores requer políticas públicas permeadas com ações concretas para viabilizar a profissionalização da educação e de seu profissional, considerando o que a Lei propõe e suas exigências. Mais do que nunca, é preciso (des)aprender para (re)aprender a (re)ensinar e a (re)significar, possibilitando ao ser humano ver, ler, reler e interpretar o mundo onde vive. Essa dimensão não pode ser desconhecida da formação do profissional da educação.

É notório que a formação do professor continua sendo um dos grandes desafios para o sistema de ensino devido à importância do professor no processo educacional e à necessidade de investimentos na preparação de profissionais e cidadãos comprometidos com a educação do País. O atual contexto desafia o professor de Ensino Religioso e seus pares na construção de novos cidadãos por meio do fazer pedagógico e discute a necessária capacitação desse professor para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Antigamente, um recém-formado na universidade era considerado um profissional pronto e tinha praticamente vaga garantida nas áreas de trabalho. Hoje o cenário é bem diferente. Se não houver atualização constante, quer por cursos em universidades, instituições ou outras entidades de ensino, quer mesmo a partir de processos autodidatas, corre-se o risco de ficar defasado e não ser mais considerado adequado pelo mercado de trabalho.

A *formação continuada* tem, entre outros objetivos, propor novas metodologias e colocar os profissionais a par das discussões teóricas atuais, com a intenção de contribuir para as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria da ação pedagógica na escola e, conseqüentemente, da educação. É certo que conhecer novas teorias faz parte do processo de construção profissional, mas não basta se elas não possibilitam ao professor relacioná-las com seu conhecimento prático construído no seu dia a dia (Nóvoa, 1995; Perrenoud, 2000).

Hoje, a (re)significação da atuação profissional em qualquer área é uma necessidade imposta pelas mudanças de paradigmas, no avanço tecnológico, nas novas descobertas científicas e na evolução dos meios de comunicação. Não faz mais sentido o profissional pensar que, ao terminar sua formação escolar, estará acabado e pronto para atuar na sua profissão. As exigências, na área educacional, apesar da finalidade diferenciada, são afirmadas pelas entidades e profissionais que buscam a qualidade social.

Sabe-se que a formação não pode ser considerada como o único fator determinante de uma atuação boa ou má do profissional da educação. O momento histórico, como são entendidos os conceitos de escola e de ensinar e aprender, dita a concepção do professor e deve ser considerado para entendermos a *formação continuada*.

É importante que se faça uma reflexão sobre o professor que atua na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em particular com a disciplina de Ensino Religioso: Qual a formação inicial do professor que trabalha o Ensino Religioso nessa fase do ensino? Esse professor possui os conhecimentos básicos para lecionar tal disciplina que lhe compete na sua formação? De que maneira o professor está participando dos programas de formação?

É essencial observar que a maioria dos professores de Ensino Religioso que estão atuando na educação básica são oriundos do curso de Pedagogia. A formação desses professores busca abranger desde a docência da Educação Infantil até a dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O professor que atua nessa fase do ensino é caracterizado como um professor generalista, isto é, que em sua formação sai apto para o trabalho didático com conteúdos relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Arte, Educação Física e Educação Religiosa (ou Ensino Religioso).

É sabido que o professor generalista, na sua formação inicial, encontra pouco espaço para que os conteúdos específicos das diferentes áreas do conhecimento sejam trabalhados em profundidade. Por isso mesmo, não é de se esperar que esse professor tenha o mesmo domínio de conteúdo que tem um especialista.

Portanto, aqui está a importância da *formação continuada*, que deve constituir-se de um espaço de produção de novos conhecimentos, de troca de diferentes saberes, de repensar e refazer a prática do professor, da construção de competências do educador. Considerando o conhecimento como uma construção social, a linguagem tem um importante papel no aspecto da interação e mediação na formação do professor (Vygotsky, 1994, 1998).

Segundo Kramer (1995, p. 85, apud OLIVEIRA SILVA), o que geralmente acontece é que esse espaço não é percebido: “[...] como espaços de produção coletiva: neles a linguagem é propriedade de uns e deve ser comprada por outros [...] nos cursos de formação de professores a linguagem é pedaço [...] é eco”.

Na *formação continuada*, é importante levar o professor a identificar as concepções que embasam as teorias discutidas nos encontros de formação, e relacioná-las com a sua ação na escola é diferenciar o saber da ideologia (Chauí, 1997).

O saber ou conhecer pressupõe compreender, analisar e utilizar profissionalmente os novos dados e descobertas cujo acesso lhes é possibilitado, porque aqueles que dominam o conhecimento intervêm nas relações sociais ao fazer que um mundo determinado se aceite ou se transforme, isto é, que o domínio da teoria não pode ser desligado das práticas sociais (Sacristán, 1999, p. 25).

Os saberes adquiridos na vivência do cotidiano pessoal e profissional são importantes na prática escolar, por fazerem parte de um processo que acontece dentro de um contexto historicamente construído, permeado pelas tensões sociais de cada época e pela significação de cada sujeito (Kramer, 1994). A instrumentalização do professor como parte do processo da *formação continuada* é um dos fatores determinantes para uma atuação eficaz.

O problema relativo a uma formação de docentes para o Ensino Religioso, que percebe e considera o ser humano na diversidade de suas relações e interações num contexto de pluralidade, é a percepção do outro em uma relação de alteridade. E a elaboração de conhecimentos em um processo de diálogo encarnado no cotidiano formativo em diferentes tempos, espaços e lugares se apresenta como desafio a instigar estudos, pesquisas e práticas nesse âmbito.

Durante a formação desses profissionais, espera-se que eles tenham o conhecimento, entre outros, dos seguintes saberes: do objeto de conhecimento (conteúdo) e do sujeito da aprendizagem (o aluno enquanto sujeito social, epistêmico, afetivo, ético e religioso). Acredita-se que a construção da competência do professor de Ensino Religioso necessita ser feita de forma embasada, consistente, que dê conta da responsabilidade social que tal ensino demanda, garantindo, assim, a democracia e o multiculturalismo.

O professor de Ensino Religioso, assim como os demais professores na unidade escolar, é uma pessoa que, na relação com os estudantes e com os conhecimentos próprios dessa área do conhecimento, contribui nos muitos processos de aprendizagem realizados. Importa que saiba desencadear e ativar processos dialógicos cujos confrontos abertos e construtivos entre estudantes, conhecimentos e professores promovam o rigoroso respeito à liberdade e à consciência de cada um.

Ao pensar num curso de *formação continuada* especialmente para o professor de Ensino Religioso, Reale considera importante que este deva estar articulado com o projeto da escola, valorizando a experiência profissional dos professores, as potencialidades da comunidade escolar, as especificidades da instituição e do trabalho desenvolvido, desenvolvendo formas de trabalho coletivo e a ação autônoma das escolas. Caso contrário, os cursos de *formação continuada* não promoverão uma mudança qualitativa na ação do professor, pela dificuldade que ele terá de pôr em prática aquilo que aprendeu em seu curso de formação.

Portanto, é recomendável considerar que o professor e seus pares busquem o curso de *formação continuada* a partir das necessidades que emergem do grupo, para que as mudanças almejadas ocorram de forma coletiva (Pimenta; Ghendin, 2000).

## Considerações

A *formação continuada* tem por objetivo não apenas a melhoria do professor, mas também do ensino, destacadamente do Ensino Religioso, principalmente considerando que o ensino escolar proporciona ao aluno experiências, informações e reflexões que o ajudam a cultivar uma atitude dinâmica de abertura ao sentido mais

profundo de sua existência em comunidade e a encaminhar a organização responsável do seu projeto de vida para a formação do ser humano.

Nesse contexto o professor desenvolverá, através da disciplina Ensino Religioso, temas que despertem na criança e no adolescente o sentido da própria vida. Tal sentido é explorado através da descoberta do mundo, de si, do outro e do Criador (Ser Supremo). E, a partir dessa vivência, estimular o crescimento de cada um com os valores essenciais, tais como: amor, respeito, limite, fraternidade, compaixão e tolerância. O Ensino Religioso, também como área de conhecimento, trabalha a compreensão do fenômeno religioso. Portanto, o fenômeno religioso supõe fatos religiosos, tendo, assim, algo de Transcendente que se manifesta, através da religião, na espiritualidade humana (Neves, 2009).

Deve procurar abordar temas que levem o aluno a perceber as necessidades do seu próprio meio (convívio social, familiar e escolar), dando prioridade ao que é importante ao aluno, a quem se deve atingir com a finalidade de formar em viver e conviver com o outro, consigo, com a comunidade e com a sociedade. Assim, poder-se-á atingir a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades em busca do sentido da vida e no encontro com o Transcendente ou Deus (que é o alvo da plenitude humana). Tal mudança na educação e a geração de uma nova cultura de solidariedade, de paz e de reverência ao diferente somente se darão melhorando-se a qualidade da formação de professores.

Nesse sentido é tarefa fundamental do educador a formação do cidadão, procurando resolver com competência seus próprios problemas e buscando saídas para os problemas educacionais. A tarefa mais importante do trabalho pedagógico consiste em proporcionar à criança e ao adolescente oportunidade para encontrar sua identidade, uma vez que o professor constitui-se figura importante no processo de identificação da criança e do adolescente com o adulto, oferecendo-lhes oportunidades para essa identificação, vivendo em sua presença sua identidade pessoal de educador.

Principalmente no Ensino Religioso, as observações feitas serão tão variadas quantas forem as ideias sugeridas pela capacidade de observação dos educandos e suas matrizes religiosas. O mesmo fenômeno, tomado como objeto de estudo, será

observado diferentemente por professor e aluno. Isso, porém, não significa que a observação feita pelo professor deva sobrepor-se à do aluno, mas devem completar-se e enriquecer-se. O professor trabalha os conceitos básicos e age como orientador do Ensino Religioso. Ele precisa colocar seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando, subsidiando-o no entendimento do fenômeno religioso (Neves, 2009).

Para o intento, o professor usará a sala de aula não como uma comunidade de fé, mas como um espaço privilegiado de reflexão sobre limites e superações, através da experiência pessoal, buscando respostas para as questões existenciais. Ele faz sua síntese do fenômeno religioso a partir da experiência pessoal, mas necessita, continuamente, apropriar-se da sistematização das outras experiências que permeiam a diversidade cultural.

Por fim, cumpre dizer que, como parte integrante da formação básica do cidadão, norteada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e nos Princípios e Fins da Educação Nacional que orientam as escolas na elaboração de ações pedagógicas, a linguagem do Ensino Religioso tem critérios e atitudes que buscam valorizar as experiências religiosas e favorecem a relação emancipada dos educandos com as diferentes culturas.

## Referências bibliográficas

- BOCK, Ana. *Psicologia; uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. reform. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. *Parâmetros Curriculares Nacionais; Ensino Religioso*. 6. ed. São Paulo: Ave-Maria, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- KRAMER, Sonia. *Por entre as pedras; armas e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 1994.

- NEVES, Leonor. *Manual do Professor de Ensino Religioso Escolar*. Disponível em: <[http://www.bispado.org.br/documentos/manual\\_do\\_professor\\_leonor.pdf](http://www.bispado.org.br/documentos/manual_do_professor_leonor.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2009.
- NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (coord.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA SILVA, M. Aparecida. *O discurso dos professores sobre a formação continuada*. s/d.
- PERRENOUD, Philippe. *10 novas competências para ensinar*. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 2000.
- PIMENTA, S. G.; GHENDIN, E. (org.) *Professor reflexivo no Brasil; gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2000.
- PIMENTA, Selma Garrido; CAMARGOS ANASTASIOU, Léa das Graças. *Docência no ensino superior*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; JUNQUEIRA, Sérgio. *Fundamentando pedagogicamente o ensino religioso*. Curitiba: Editora IbpeX, 2009.
- SACRISTÁN, J. *Poderes instáveis em educação*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- SANTOS, Silvana Fortaleza dos. *Ensino religioso; uma perspectiva para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental*. Curitiba: Editora IbpeX, 2009.
- SCHLÖGL, Emerli. *Ensino religioso; perspectivas para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio*. Curitiba: Editora IbpeX, 2009.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. Trad. José Cipolla Neto. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Pensamento e linguagem*. Trad. Jefferson Luís Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.